

Próximas semanas serão marcadas por discussões em torno do **dinheiro do petróleo**, o fim do Fundap e o futuro da economia do Espírito Santo

ROYALTIES AS AMEAÇAS ESTÃO DE VOLTA

▲ DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

A partir da próxima segunda-feira, quando os deputados federais e senadores retomarem as sessões no Congresso Nacional, a polêmica em torno dos royalties do petróleo voltará com força total. Disputados por todos os Estados desde que o governo federal propôs um novo marco regulatório para o petróleo, em 2009, os royalties renderam ao Espírito Santo e municípios produtores R\$ 1,55 bilhão só no ano passado.

Depois de um ano de intensas negociações, manifestações em várias cidades e fechamento de rodovias, 2011 terminou com o Senado aprovando projeto que pode provocar grandes perdas para o Estado. E na Câmara, o momento é de escolher os membros da comissão especial criada com o objetivo de discutir o projeto do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB). A informação mais recente é de que essa comissão, formada por 31 representantes de todos os partidos, será instalada na próxima semana.

O projeto que recebeu o substitutivo de Vital do Rêgo será avaliado pela comissão especial da Câmara – que poderá também propor mudanças – prevê o seguinte: a União terá sua fatia nos royalties reduzida de 30% para 20% já em 2012. Os Estados produtores caem de 26,25% para 20%. Os municípios produtores são os que sofrem maior redução: de 26,25% para 17% em 2012 e chegando a 4% em 2020. Os municípios afetados pela exploração de petróleo terão corte de 8,75% para 2%. Em contrapartida,

PERDAS E GANHOS

R\$ 500
milhões

É o total da perda para Estado e municípios, só em 2012, se o projeto de divisão igualitária for aprovado.

R\$ 1,55
bilhão

Foi o que os royalties renderam para o Espírito Santo e cidades produtoras só no ano passado.

os Estados e municípios não produtores saltam de 8,75% para 40%.

O substitutivo prevê também a redistribuição da participação especial. Nesse caso, a União, mais uma vez, abre mão de parte de seus recursos. Os 50% a que tem direito hoje passam a ser 42% este ano. A partir daí, com a expectativa de aumento das receitas, a União volta a ter sua alíquota ampliada ano a ano, até chegar aos 46% propostos inicialmente pelo governo federal.

Caso venha a ser aprovado também na Câmara e não sofra veto da presidente Dilma Rousseff, o substitutivo provocará a queda no repasse de royalties para o Espírito Santo e os municípios capixabas onde há produção. O caixa do Estado poderá perder R\$ 500 milhões já em 2012. Já os municípios produtores poderão perder R\$ 310 milhões neste ano, podendo chegar a R\$ 5,4 bilhões até 2020, considerando a produção atual de óleo e gás.

PRÉ-SAL

Os Estados e municípios produtores aceitam negociar uma nova distribuição de royalties, apenas para o caso dos contratos que ainda não foram assinados e cujos blocos estão localizados na área do

pré-sal. Esses contratos, com o novo marco regulatório do petróleo, serão regidos pelo sistema de partilha e não mais de concessão, como foi feito até agora.

Para esses casos, uma proposta foi negociada, depois de amplamente discutida entre os governadores do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao longo do ano de 2009. A proposta foi, inclusive, encaminhada para o Congresso por Lula antes de deixar o governo.

O embate sobre a distribuição de royalties se arrasta desde o fim de 2009, quando o então presidente Lula vetou um artigo de um projeto aprovado pela Câmara (conhecido como Emenda Ibsen) que previa uma divisão igualitária das receitas entre Estados e municípios produtores e não produtores. A divisão seria feita com base nos critérios de divisão dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos municípios (FPM).

FUNDAP

O sistema de incentivos financeiros criado no final da década de 1970 corre sério risco de acabar devido à proposta de reforma tributária que o governo federal está propondo. Ao invés de mexer nos tributos federais, o governo decidiu começar a reforma pelo principal tributo cobrado pelos Estados, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Argumentando que é preciso acabar com a guerra fiscal entre os Estados – que concedem incentivos fiscais e financeiros usando o ICMS – o governo está propondo acabar com a taxa que incide sobre os produtos importados e que são, depois, comercializados entre os Estados.

Mas como isso pode acabar com o Fundap? Esse sistema de incentivos é feito por meio da concessão de crédito de ICMS a partir de operações com importação de produtos. Importando pelos portos capixabas e se comprometendo em fazer investimentos aqui, as empresas podem obter isenção do ICMS.

Se o imposto sobre importados não existir mais, não fará sentido o Espírito





Fundap
Importando por portos ca-
pixabas e se comprom-
tendo em investir aqui,
empresas têm isenção do
ICMS FOTO: Chico Guedes

ANÁLISE

**SEMANA
DECISIVA**

Ricardo Ferraço
Senador do PMDB



“A próxima semana já começará com os dois assuntos que afetam o Espírito Santo de forma vital: em relação aos royalties, deverá ser constituída a comissão especial que analisará o projeto aprovado no Senado e proporá, ou não, alterações. Essa comissão terá 31 membros que representam os partidos políticos na Câmara. Caso ocorra de algum parlamentar pedir regime de urgência urgentíssima, o projeto irá direto para o plenário, deixando de passar pela comissão especial que, em tese, substitui as comissões da Câmara que analisariam a proposta, antes de ir para votação. Depois disso, é contar

com o veto presidencial ou ir para a Justiça. A questão do Fundap, no entanto, me parece mais grave porque, se o governo federal pedir a tramitação em regime de urgência, no Senado, será difícil impedir a tramitação e mesmo a aprovação de uma proposta alternativa. Como relator do projeto em uma das comissões, no Senado, estou levando uma proposta do Espírito Santo que prevê que a redução da alíquota do ICMS será feita de forma escalonada para que o Estado não perca receitas de forma brusca, ficando sem uma boa parte do dinheiro que tem em caixa para bancar seu desenvolvimento.

Santo conceder isenção para atrair importações e investimento para o Estado. Pronto, lá se vai o incentivo, a justificativa para atrair os investimentos e uma redução na arrecadação de impostos, visto que quanto mais empresas são criadas, e emprego gerados, mais impostos podem ser recolhidos.

PRESSÃO

Disposto a intensificar o trabalho de convencimento sobre royalty e Fundap, o governador Renato Casagrande reuniu, na segunda-feira passada, o Comitê em Defesa do Espírito Santo, criado exatamente para que a sociedade civil e entidades possam ajudar o governo nessa briga.

Depois da reunião, o governador anunciou que foi definida uma comissão, tirada no Comitê, para acompanhá-lo a Brasília nos próximos dias. “Não queremos que os

“O Comitê em Defesa do ES decidiu fazer uma proposta só para Fundap, royalty e FPE”

RENATO CASAGRANDE
GOVERNADOR

outros Estados deixem de ganhar royalties. Mas, por outro lado, não aceitamos perder a compensação dos campos já em produção, que têm contratos assinados há anos”, explica o governador, que espera um embate mais duro nos próximos meses.

A proposta de divisão igualitária dos royalties prevê que serão observados os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para que sejam feitos os repasses. O problema é que estes critérios só valerão até o dia 31 de dezembro de 2012.

“A Constituição de 1988 prevê a revisão desses critérios neste ano. Em 1988, definiu-se índices de participação altos para os Estados com menor renda. Para isso, o Sul e Sudeste tiveram que abrir mão de receita que deixou o Maranhão com 14% de participação e o Espírito Santo com 1,6%”, exemplifica Casagrande.

O DINHEIRO QUE VEM DO PETRÓLEO



Estado e municípios receberam, em 2011

R\$ 1,55 bilhão

ou seja

65%

a mais do que em 2010, quando o montante foi de

R\$ 908 milhões

ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL - 2011

Estado

R\$ 828,3 milhões

Anchieta	R\$ 48,5 milhões
Aracruz	R\$ 35,9 milhões
Fundão	R\$ 10,9 milhões
Itapemirim	R\$ 84,3 milhões
Linhares	R\$ 95,2 milhões
Jaguare	R\$ 8,5 milhões
Marataízes	R\$ 30,7 milhões
Pres. Kennedy	R\$ 143,6 milhões
Piúma	R\$ 12,6 milhões
São Mateus	R\$ 34,8 milhões
Serra	R\$ 21,2 milhões
Vila Velha	R\$ 13,9 milhões
Vitória	R\$ 14,4 milhões